

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 19/03/2004

ANO II - Nº. 040

## SOBRE SELIC E JUROS DO MERCADO

O Banco Central reduziu a Taxa SELIC de 16,5% para 16,25%. A manchete do jornal O GLOBO faz a síntese quase perfeita: “Não é nada, não é nada, não é nada mesmo...”. Façamos justiça ao autor da frase, jornalista Aparício Torelli, também conhecido por Barão de Itararé, dono de outras frases de fina ironia, como “De onde menos se espera, daí mesmo é que não sai nada”.

Se a redução expressar uma tendência, tanto melhor. Mas é preciso retirar o foco da SELIC como se sua redução fosse a salvação da economia brasileira. Ela interessa mais diretamente ao governo pois afeta diretamente o custo da dívida pública. Seu efeito no custo do dinheiro no mercado é mínimo, pois o que separa a SELIC e o custo final (o famoso SPREAD) é que deveria merecer a atenção e o debate não só do setor produtivo, bem como de políticos e autoridades econômicas.

O quadro abaixo sintetiza uma pesquisa da ANEFAC – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade. Ele destaca as taxas de juros de mercado – ao final de fevereiro de 2004 – e mede sua distância em relação à SELIC. O quadro fala por si, mas não seria exagero afirmar que o custo final é uma imoralidade, que tem como fim os extraordinários lucros das instituições financeiras em 2003, como demonstrado em análises anteriores.

### Taxas de juros (média de fevereiro de 2004)

Itens	Ao mês	Ao ano	% em relação à SELIC
Juros do Comércio	6,1	103,51	527,33
Cartão de Crédito	10,08	216,59	1.212,67
Cheque Especial	8,47	165,29	901,76
CDC Bancos	8,47	165,29	189,76
Empréstimo Pessoal – Bancos	5,86	98,05	494,24
Empréstimo Pessoal – Financeiras	11,92	286,27	1.634,97
Taxa Média Pessoa Física	7,62	141,39	756,91

Durante o mês de fevereiro a SELIC foi 16,5% ao ano. A última coluna mostra a diferença entre a taxa básica e a taxa de juros que o cidadão e as empresas pagam às instituições financeiras (em %). É evidente que essa diferença não é só lucro. Ela incorpora todos os custos das instituições financeiras, como o fiscal (avaliado como 30% do custo final), o administrativo (mas é bom observar a evolução negativa do emprego em bancos na última década), o depósito compulsório exigido pelo Banco Central (55% do depósito a vista, mas já foi maior)... mas é ela que ensejou aos bancos, em 2003, o maior lucro da história de todos eles, com tendência de se repetir em 2004.

Outras informações interessantes da ANEFAC: foram observados picos de taxas de juros para capital de giro de 15,18% ao mês (445,16% ao ano) e de 18,28% ao mês (649,79% ao ano) para desconto de duplicata. As taxas da tabela representam as médias observadas, mas os picos impressionam: 12,9% ao mês para cartão de crédito, 15,13% de cheque especial, 12,21% de CDC, 16,69% para empréstimo pessoal em bancos e 23,84% em financeiras.

A redução da SELIC para 16,25% terá um efeito mínimo, quase desprezível, nessas taxas de mercado.

## EFEITOS DA TRIBUTAÇÃO EXAGERADA

O governo errou na dose da nova COFINS, tanto interna quanto externa. É um consenso no setor privado, empresarial e acadêmico. Os efeitos negativos (em custos e preços) pipocam em vários segmentos da economia. Exemplo recente especula os efeitos sobre as licitações para a exploração de petróleo em andamento na ANP – Agência Nacional do Petróleo. A tributação distorce a relação entre a Petrobras e as empresas estrangeiras, com desvantagem para as últimas. Além da extensão do PIS e da COFINS sobre a importação (bens e serviços), calculados sobre uma base superdimensionada (valor aduaneiro + o valor dos próprios tributos ICMS, PIS, COFINS...) - que faz com que a alíquota real salte de 9,25% para perto de 12% - desde janeiro as importações de serviços sofrem a incidência de 5% de ISS (conforme LC 116/2003). Fábio Moreira Nonô, tributarista, calcula que um investimento de US\$ 20 milhões na exploração de petróleo terá um custo adicional de US\$ 750 milhões em função dos novos tributos. Outros tributaristas entendem que a cobrança de ISS, PIS e COFINS sobre serviços importados apenas colocam as empresas estrangeiras em condição de igualdade com as nacionais. O relevante, na análise, é a interferência perversa da tributação na economia, afetando custos e preços finais, distorcendo resultados de licitações, interferindo no arranjo concorrencial do livre mercado. Tudo isso se dá porque a política tributária é função direta da necessidade de se arrecadar a qualquer custo. Mas isso tem limites. Pena é que os governos (Federal e Estaduais) estão demorando a se conscientizar disso.

## CIDE E COFINS NA IMPORTAÇÃO

Esta nota é feita no dia em que o Governo Federal “concordou” em aumentar de 25% para 29% o repasse da arrecadação da CIDE aos Estados. Essa mexida representa mais R\$ 400 milhões para os cofres estaduais. Politicamente, é a face de um governo em circunstância de aparente enfraquecimento. Em termos de caixa a mudança não é muito representativa, mas significa a necessidade de se alterar a recém aprovada Emenda Constitucional 42. A mudança terá de ser feita por meio de novo projeto de emenda constitucional, e realça o caráter varejista da nossa “carta magna”.

No mesmo dia, a Câmara dos Deputados aprovou, por voto de liderança, a MP 164 que dispõe sobre a incidência de PIS e COFINS na importação de bens e serviços. Apesar das inúmeras emendas, aprovou-se o texto integral, prova de que o rolo compressor continua em forma. A esperança, agora, é o Senado Federal. Algumas alterações podem se feitas, mas o anseio privado é pela redução da alíquota da COFINS não cumulativa e uma definição mais equilibrada da base de cálculo do PIS – COFINS sobre a importação.

## OPOSIÇÃO E OPOSIÇÃO

Enquanto o presidente do PSDB, José Serra, acompanhado do Senador Arthur Virgílio, líder do partido no Senado Federal, visitavam Leonel Brizola em sua residência no Rio de Janeiro para – segundo a imprensa – traçar planos para enfraquecer o governo Lula, o Senador Tasso Jereissati, igualmente do PSDB, optava pela oposição responsável e dizia, no plenário do Senado, literalmente: “A desestabilização do Ministro Palocci acarretaria o mais absoluto caos neste momento”.

O Senador Tasso Jeressati, político e empresário, deu uma aula de política a seus pares. Afirmou-se e se mostrou com alternativa futura, enquanto a liderança de seu partido optou por aliar-se a representantes da vanguarda do atraso.

### Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Encol, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: [rn.marini@terra.com.br](mailto:rn.marini@terra.com.br) / [rn@brturbo.com](mailto:rn@brturbo.com) / [carnltda@terra.com.br](mailto:carnltda@terra.com.br)